



# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, §1º

### INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo Nº 124/2024 - Pregão Nº 90008/2024

Área solicitante: Presidência da Câmara Municipal.

Equipe de Planejamento da Contratação:

Juliana Feltrim Pivatto Latarini – Pregoeira

Alfredo Celso Barzon – Membro da Equipe de Apoio

Vanessa Ferian - Membro da Equipe de Apoio.

### 1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, §1º, I

- 1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis em Mogi Guaçu/SP, em posto de abastecimento próprio, com vistas ao atendimento das necessidades dos veículos automotores que compõem e daqueles que venham compor a frota oficial da Câmara Municipal de Mogi Guaçu, conforme especificações, quantitativos e valores máximos admissíveis discriminados no Termo de Referência.
- 1.2. O contrato atual terá seu vencimento no dia 15 de outubro de 2024 e o abastecimento dos veículos é de extrema importância para o andamento do serviço no Legislativo.

### 2. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, §1º, II

- 2.1. Considerando que não foi elaborado Plano Anual de Contratação no ano de 2024, o planejamento da contratação consta no LOA como Material de Consumo.

### 3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, §1º, III

- 3.1. Os requisitos completos da contratação serão plenamente apresentados no Termo de Referência.

### 4. QUANTITATIVO E VALOR ESTIMADO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, §1º, IV

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE ESTIMADA (litro)	Preço médio de venda ANP (litro)	VALOR TOTAL
01	461506	Gasolina	15000	R\$ 5,88*	R\$ 88.200,00
02	486024	Etanol	6000	R\$ 3,94*	R\$ 23.640,00
TOTAL ESTIMADO				R\$ 111.840,00	

\*Valor divulgado no site <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos> - semana apurada: 15/09/2024 a 21/09/2024.



# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

- 4.1. O quantitativo é o mínimo para atender com qualidade à necessidade atual.
- 4.2. O valor da presente contratação está estimado em R\$ 111.840,00 considerando os valores atuais da gasolina comum e etano, conforme tabela ANP.
- 4.3. O valor estimado tomou como base o consumo de combustível para 1 (um) ano de setembro de 2023 a setembro de 2024.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

*Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1, VII*

- 5.1. O objeto será a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis em Mogi Guaçu/SP, em posto de abastecimento próprio, com vistas ao atendimento das necessidades dos veículos automotores que compõem e daqueles que venham compor a frota oficial da Câmara Municipal de Mogi Guaçu, contemplando, no mínimo, os requisitos indicados no termo de referência.
- 5.2. O fornecimento será efetuado mediante a apresentação de requisição específica (autorização para abastecimento), em duas vias, expedida pela Câmara Municipal, na qual deverá conter especificação do veículo (marca/modelo/placa/quilometragem) e autorização (assinatura) de servidor previamente designado pela Administração da Casa para tal.
- 5.3. Para cada abastecimento deverá ser apresentada uma requisição a qual, além de conter as informações acima citadas, deverá ser preenchida, discriminando-se as quantidades de combustível e preço, ser datada e assinada pelo servidor da Câmara Municipal, condutor do veículo, e pelo funcionário do Posto que realizou o abastecimento. A primeira via ficará em poder da empresa e a segunda via, em poder do servidor, que deverá retorná-la para a Administração.

## 6. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

*Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1, VIII*

- 6.1. Tendo em vista as soluções expostas, considera-se que a demanda se trata de fornecimento de bem comum, de caráter continuado e parcelado, onde a licitação deverá ser realizada por grupo de itens para facilitar a economia em escala.

## 7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

*Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1, IX*

- 7.1. Pretende-se atender as demandas diárias do Legislativo Guaçuano.

## 8. DAS PROVIDÊNCIAS

*Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1, X*

- 8.1. Deverá ser confeccionado o referido Termo de Referência para início do processo licitatório correspondente, após autorizado pelo Ordenador de Despesas

## 9. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS

*Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1, XI*

- 9.1. Não se aplica.



# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

## 10.DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

*Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1, XII*

- 10.1. Com base na filosofia de sustentabilidade incorporada por esta Câmara Municipal que busca a proposta mais vantajosa levando em conta não apenas o preço, mas o custo como um todo, considerando a manutenção da vida no planeta, a equidade social e o bem-estar humano.
- 10.2. A presente aquisição está de acordo com a legislação ambiental a ele pertinente, especialmente os seguintes textos normativos: Artigo 5º da Lei 14.133/2021, bem como a Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), preconizando práticas sustentáveis a serem observadas pelas empresas que fabricam o equipamento. Assim, itens como utilização de energia renovável, embalagens recicláveis, baixo consumo de energia (ex. Selo Procel A), baixa emissão de calor e reengenharia do equipamento, estão subentendidos como “incorporados” à produção e funcionamento do equipamento.
- 10.3. As empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
  - 10.3.1. Usar produtos e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - 10.3.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
  - 10.3.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
  - 10.3.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - 10.3.5. Observar em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.
- 10.4. O Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da Logística Reversa. Essa Logística é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (caso houver).
- 10.5. A Contratada deverá retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte, sendo de sua inteira responsabilidade a retirada desses materiais conforme previsto na legislação e normas



# Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

ambientais para o tratamento, armazenamento, transporte e destinação do lixo ou resíduos hospitalares para os materiais compatíveis com o objeto desta licitação.

- 10.6. A logística reversa será de total responsabilidade da contratada, devendo a mesma atentar-se para dar, dentro de sua competência, cumprimento ao disposto nas normas específicas de destinação final (ABNT-NBR 13.968:1997; ABNT-NBR 14.719:2001 e ABNT-NBR 14.935:2003).
- 10.7. A contratada deverá observar quanto a destinação final de sobras e de embalagens decorrentes da prestação do serviço o que dispõe a Lei nº 7.802/1989, a Resolução RDC ANVISA nº 052/2009 e o Decreto nº 4.074/2002.
- 10.8. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- 10.9. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

## 11. DA CONCLUSÃO

*Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1, XIII*

- 11.1. A aquisição do bem é tecnicamente viável e necessária visando a atender à necessidade apontada no Documento de Formalização de Demanda.

Mogi Guaçu, 25 de setembro de 2024

Juliana Feltrim Pivatto Latarini  
Agente de Contratação

Alfredo Celso Barzon  
Equipe de Apoio

Vanessa Ferian  
Equipe de Apoio